

Atraso de AL ofusca emancipação

Estado completa 196 anos de autonomia amargando péssimos indicadores sociais e a economia ainda refém do setor sucroalcooleiro

FELIPE FARIAS
REPÓRTER

A propósito da passagem do aniversário da Emancipação Política de Alagoas, a Gazeta ouviu dois professores universitários – um de Economia e um de História de Alagoas – aos quais propôs uma análise da atualidade, em cada uma das áreas, mas sob o prisma dos 196 anos que o Estado tem como unidade autônoma da República Federativa do Brasil.

“Há muito o que comemorar; não deixa de haver. Por outro lado, o que não há para comemorar é a pobreza, que continua como um traço muito forte, muito presente, da economia de Alagoas”, disse o professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Fábio Guedes.

Para ele, outra particularidade de Alagoas é ainda ser muito reflexa da conjuntura econômica nacional. “Se você olhar o aspecto festivo, vai comemorar, sim. Mas se nos ativermos ao contraponto, a outras situações, como o caos na saúde ou os índices de violência, certamente teremos dificuldades para encontrar razões para comemorar”, diz o professor de História de Alagoas da Ufal, José Roberto Santos Lima.

Ele faz um questionamento sobre as vocações econômicas, matrizes para o desenvolvimento, apresentadas pelas elites alagoanas como alternativas aos tradicionais segmentos da cana-de-açúcar e, outrora, algodão e tecelagem, desde a década de 1930: petróleo, química a partir do álcool e cloro e até o atual turismo.

“Quem já não ouviu a seguinte frase: ‘escola boa era no meu tempo? Ela passa uma ideia, bem presente aliás, de que tudo foi se degradando ao longo do tempo’, endossa o deputado estadual Ronaldo Medeiros (PT), também ouvido pela Gazeta.

O professor da Fe-

ac/Ufal, Fábio Guedes, destaca o componente da grande relação com a conjuntura nacional que ainda tem a economia alagoana.

“O desempenho da economia, aqui, continua sendo um reflexo da conjuntura nacional. A explicação para isso é que a economia alagoana ainda é dependente de um setor, o sucroalcooleiro. Tem uma baixa diversidade industrial e os bens de consumo ainda vêm quase todos de fora”, explica.

“Por isso, ainda continua presa a essa dinâmica: quando o padrão melhora lá fora, aqui melhora também”, acrescenta, advertindo para o que pode haver de negativo nisso: o inverso também se dá no mesmo ritmo. “Quando a economia nacional vai mal, aqui as coisas tendem a desandar também”.

SOB INFLUÊNCIA

As recentes crises na economia mundial apresentaram a situação: tanto de alguns Estados, no cenário do Brasil, quanto de alguns países, no cenário externo, que mostraram sofrer mais com os reveses – ou menos. Economias mais fortes conseguem se manter mais estáveis nas conjunturas de oscilação.

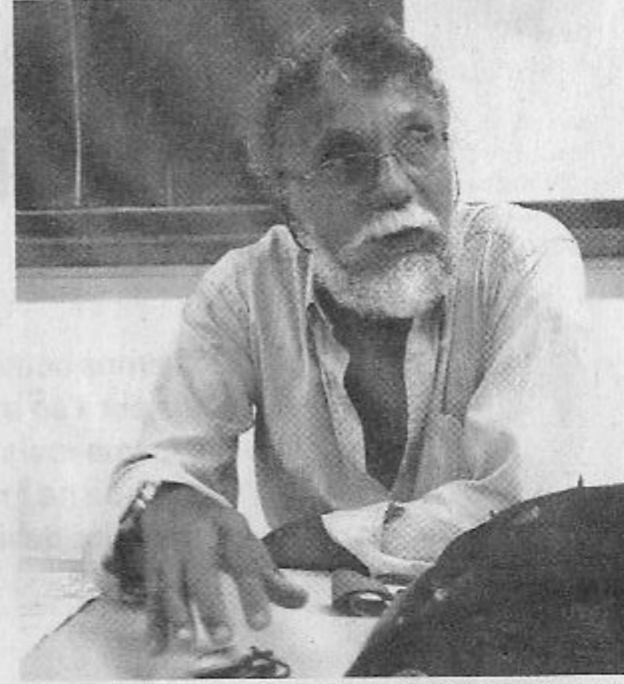
Guedes chama atenção para a evolução verificada no período de 2003 a 2010, com programas de suplementação de renda do governo federal, a exemplo do Bolsa Família, e a melhoria do padrão de renda de classes de menor poder aquisitivo, com a variação do salário mínimo acima da inflação.

A melhoria do padrão de vida para as classes C, D e E levaram o país a ser campeão de venda de celulares e TVs, conexão de internet e a congestionamentos em aeroportos, porque permanece uma característica dos serviços públicos brasileiros não ampliar a infraestrutura no mesmo ritmo que a economia demanda.

A prova da evolução local, segundo Fábio Guedes, é um termômetro co-



Professor Fábio Guedes destaca a pobreza extrema de Alagoas



Professor José Roberto Santos lembra que turismo não é só hotelaria



FÁBIO GUEDES
PROFESSOR
UNIVERSITÁRIO

“O que não há para comemorar é a pobreza, que continua como um traço muito forte, muito presente, da economia”

JOSÉ ROBERTO
SANTOS
PROFESSOR
UNIVERSITÁRIO

“Temos dificuldades para encontrar razões para comemorar [a data]”

mum a toda a economia: o comércio.

“Nesse período, se verificou uma atração significativa de empresas de varejo e atacado, grandes empresas do cenário nacional se instalaram em Alagoas, em especial, em Maceió, ou ampliaram sua presença aqui”, explica o professor.

O ponto que ele destaca, porém, como o “nada a comemorar” é o elevado grau de pobreza do Estado, que explica não ser apenas algo passageiro, momentâneo. “É um traço da economia alagoana. Ainda há muita pobreza aqui”, reforça.

Ou seja: qualquer análise econômica que se faça sobre Alagoas terá, obrigatoriamente, que mencionar isso, sob pena de ser, tecnicamente, incompleta.

“Faltam políticas públicas para o Estado deslanchar”

O professor da Universidade Federal de Alagoas, José Roberto Santos, destaca o discurso das elites alagoanas em diferentes períodos, como propostas de matriz de desenvolvimento alternativa aos segmentos tradicionais: das indústrias da cana e, outrora, do algodão e das tecelagens.

“Na década de 1930, o discurso era o petróleo. Saíramos da dependência do açúcar e do algodão. Depois, foi o polo cloroquímico, a partir da Salgema [hoje, Braskem]. Mas quando se pensa isso, é preciso ver toda a conjuntura, nacional e internacional”.

Para a química, segundo ele, isso inclui as indústrias do segmento que a terá como produtora de matéria-prima e a conjuntura do mercado internacional, para aquele produto ou segmento. Basta a descoberta de uma tecnologia que substitua uma matéria-prima para extinguir toda a cadeia produtiva: produtor rural, indústria de beneficiamento, transportador, indústria final de primeira ou de segunda geração.

Analogia próxima foi o que se deu com o látex e o aparecimento da borracha sintética. “Agora, nós temos a indústria do tu-

rismo. Mas é preciso lembrar que turismo não é só hotelaria. Um elemento importante são as estradas. E as que dão acesso à região de Coruripe, por exemplo, estão em péssimo estado. E o saneamento. Em vez de ajudar, isso tudo acaba comprometendo”, diz.

“E, ainda falando em turismo, a culinária? Como consolidá-la como matriz de desenvolvimento se o feijão vem de Irecê, na Bahia, e o arroz, de Mato Grosso e Goiás? Nas décadas de 1950 e 60, o arroz produzido aqui, na região do Baixo São Francisco, em Alagoas e Sergipe, abastecia não só o Estado, como toda a região Nordeste. Que retração foi essa?”, questiona.

Outro exemplo citado de segmento que definiu é o de cerâmica e olarias, cujos produtos, hoje, vêm na totalidade do Rio Grande do Norte.

“Desenvolvimento tem que ser uma política pública. E é preciso criar um modelo de desenvolvimento. Como criar um mercado interno sem dar incentivos?”, questiona.

PAPEL DO ESTADO

Para o deputado estadual Ronaldo Medeiros (PT), uma expressão já popularizada traduz a degradação dos serviços pú-

blicos. “Quem nunca ouviu alguém dizer: ‘ah, escola boa era no meu tempo? Ou ‘saúde decente era no meu tempo’. Percebemos que há uma degradação da presença do Estado, do setor público, no atendimento, na prestação do serviço público”.

O parlamentar integra a bancada de oposição na Assembleia Legislativa e foi o autor da proposta de criação de um grupo de trabalho de deputados para fiscalizar o programa Brasil Mais Seguro, idealizado pelo governo federal e lançado em Alagoas há cerca de um ano e meio, em caráter experimental, por causa dos altos índices de violência – e sobre o qual tem uma opinião sumária: “o programa fracassou”.

“A conclusão que tiramos dessas expressões populares é de que o Estado, o setor público, fracassou em seu papel de prover aquilo de que a sociedade necessita”, diz.

Para ele, a passagem da data alusiva à Emancipação Política de Alagoas deve ser motivo de mobilização cidadã. “O cidadão, o contribuinte, tem o direito de protestar [em datas assim] e deve fazê-lo. Mas frisamos que isso tem de ser feito de maneira civilizada, cidadã. Sem atos de vandalismo”. **FF**